

ENTREVISTA

“Avaliação institucional e da aprendizagem na escola básica”

Entrevistada: *Marília Macorin de Azevedo* - Doutora em Engenharia pela USP. Mestre em Qualidade pela UNICAMP. Graduada em Tecnologia de Processamento de Dados pela FATEC SP. É docente permanente na Unidade de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) atuando no Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos e no Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional – ambos do CEETEPS. Participa dos grupos de pesquisa de Sistemas de Informação e Tecnologias Digitais e Gestão da Produção e de Operações do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos; coordena o Grupo de Pesquisa de Gestão, Avaliação e Organização da Educação Profissional do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. Realiza pesquisas na área de Gestão da Qualidade, Gestão Estratégica da TI, Gestão, Avaliação e Organização da Educação Profissional.

Vínculo Institucional: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Unidade de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa.

Dialogia: De forma breve, destaque o seu percurso acadêmico/profissional.

Marília Macorin de Azevedo: Docente da Faculdade de Tecnologia de São Paulo há mais de 40 anos, atuou também como docente em Instituições de Ensino Superior como UniSantana, Unicid, FMU e UNINOVE, tendo a oportunidade de coordenar o curso de Gestão e Desenvolvimento de Sistemas e, posteriormente, realizar a Coordenadoria Acadêmica das Faculdades Radial, participando de processos de autorização, implantação e reconhecimento de cursos dessa instituição, em várias unidades de ensino de São Paulo e Curitiba. Na mesma instituição, participou da organização do processo de autorização do Centro Universitário UniRadial, onde desempenhou a Pró-reitora Acadêmica e, posteriormente, a Reitoria. Na Unidade de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa do CEETEPS, coordena o Grupo de Pesquisa em Gestão, Avaliação e Organização da Educação Profissional, e atua como Coordenadora Adjunta do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional.

Dialogia: Qual o seu entendimento a respeito do conceito e do histórico da avaliação institucional e da aprendizagem na Escola Básica?

Marília Macorin de Azevedo: A avaliação institucional, bem como a avaliação da aprendizagem, vem sendo aprimorada no sistema de ensino do Brasil, de forma crescente, na busca de consistência.

O processo de avaliação, em qualquer contexto, pode ser considerado como uma análise crítica da realidade, se transformando em fonte valiosa de informação, problematização e ressignificação dos processos; em se tratando da educação, ele representa, naturalmente, uma função estratégica no desenvolvimento da escola, dos alunos e na gestão educacional.

Avaliar consiste em atribuir um valor ou reconhecer. Ao tratarmos de valor em educação, Casali (2007) destaca que se deve adotar uma postura ética e epistemológica. O autor ainda declara que

Marília Macorin de Azevedo

os valores estão associados a fatores históricos e culturais; conseqüentemente, a avaliação é histórica e cultural. Por isso a importância das séries históricas, evidenciando evolução do processo educacional.

A avaliação educativa não deve ser considerada um fim de processo educacional, mas o seu meio.

Necessário considerar que o processo avaliativo da educação é complexo e não está centrado somente na avaliação dos resultados do desempenho dos alunos, mas também no desempenho das escolas, evidenciando que a avaliação educacional tem uma perspectiva mais ampla, analisando os elementos que permeiam o processo ensino-aprendizagem estabelecidos pela realidade educativa.

Brandelise (2010) declara que essa “avaliação institucional da escola básica ainda não se constitui uma prática consolidada no contexto da educação brasileira”; entende-se que é um campo em construção, em evolução.

Avaliações externas do sistema educacional, em larga escala, analisam a proficiência dos estudantes ao final de um ciclo da escolaridade como o SAEB, Prova Brasil e IDEB. No entanto, ainda é pouco realizada a avaliação interna no ambiente das escolas. Mesmo os resultados dessas avaliações externas, por vezes, são pouco explorados pelos professores e gestores educacionais, como uma oportunidade de analisar sistematicamente suas fragilidades e potencialidades e viabilizar a elaboração de planos de intervenção e melhorias.

Importante destacar que há estudos e pesquisas que demonstram a necessidade de formação dos profissionais da escola, sejam eles gestores, coordenadores pedagógicos ou professores, a fim de permitir um maior desenvolvimento, devido ao desconhecimento de fundamentos teórico-metodológicos sobre a avaliação institucional.

Dialogia: Quais as descobertas como pesquisadora sobre os princípios e oportunidades dos processos de avaliação institucional e da aprendizagem na Educação Básica?

Marília Macorin de Azevedo: Conforme destacado, a avaliação é um meio, que deve ser considerado para a melhoria do processo educacional.

O estabelecimento de rankings das escolas, por vezes, é considerado como um “castigo” para as escolas que se encontram abaixo da média e mesmo um desestímulo ao desenvolvimento de novos processos de ensino-aprendizagem quando deveria ser um alerta para se analisar as práticas das escolas bem avaliadas.

Um processo avaliativo deve levar em conta a avaliação da aprendizagem, avaliação do currículo, dos docentes, considerando as políticas públicas, os programas específicos, por vezes estabelecidos pelos órgãos oficiais, os projetos desenvolvidos, as práticas pedagógicas, entre outras atividades, sejam elas escolas básicas, instituições de ensino superior ou mesmo universidades. Em cada segmento, de acordo com suas especificidades, não desconsiderando o ambiente sociocultural onde a instituição está situada. Os fatores externos devem ser observados a fim de nortear os projetos pedagógicos da escola, como família, condição socioeconômica da região, vulnerabilidade, entre outros.

Percebe-se a crescente importância dada à autoavaliação onde a escola tem a oportunidade de estabelecer um processo conduzido e realizado por membros da sua comunidade escolar e, em alguns casos, membros externos do entorno da escola como pais e profissionais de empresas

Marília Macorin de Azevedo

parceiras, no caso de escolas técnicas. A autoavaliação pode ser definida como uma análise sistemática da escola a fim de identificar seus pontos fortes e fragilidades e viabilizar a elaboração de planos de ação visando melhorias. Frequentemente é realizada tendo como mote o acompanhamento do projeto pedagógico, a partir de uma dinâmica de desenvolvimento organizacional e institucional, estabelecendo novas diretrizes para seus gestores e corpo docente.

***Dialogia:* Quais os principais desafios enfrentados para a implementação de um processo de avaliação institucional e para a promoção de uma efetiva avaliação da aprendizagem nos tempos atuais?**

Marília Macorin de Azevedo: Há vários desafios a serem considerados e transpassados para um processo efetivo de avaliação e de autoavaliação de uma escola.

O primeiro desafio é a própria resistência do quadro da escola, por ainda considerar a avaliação um momento de retaliação, de identificar os “culpados” pelo fracasso, de apontar somente as falhas sem destacar os pontos fortes. Ainda se tem essa visão equivocada de que avaliar é punir. E algumas instituições utilizam os instrumentos de avaliação para estabelecer mérito financeiro aos docentes, o que é uma distorção da função “avaliar” que deveria estar focada em redefinir rotas e planos a fim de obter um melhor desempenho geral da escola, e não somente desempenho dos alunos.

Outro desafio é conscientizar a equipe pedagógica de que todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso no processo de ensino-aprendizagem, e não somente os professores que ministram as disciplinas que são consideradas para as avaliações externas. Os projetos desenvolvidos devem considerar todos os conhecimentos, não somente de matemática e língua portuguesa, por exemplo, pois a formação do aluno é integral e não compartimentada em “gavetas” de conhecimento. Nesse sentido, os projetos pedagógicos interdisciplinares têm papel importante nessa formação do indivíduo, preparado para uma atuação como ser humano pleno, consciente de suas responsabilidades e oportunidades.

Desta forma, o processo de avaliação institucional precisa considerar os aspectos de ensino-aprendizagem, de gestão escolar, de organização do projeto pedagógico, das relações com a sociedade; cada uma dessas dimensões possui seus indicadores próprios e adequados e também necessitam ouvir os envolvidos – docentes, gestores, alunos, pais ou responsáveis pelos alunos, colaboradores e externos afetados pela escola, direta ou indiretamente. Estabelecer os indicadores adequados, bem como a forma de medi-los, assim como os sujeitos a participarem da avaliação são outros desafios a serem considerados.

***Dialogia:* Que avanços são sinalizados por pesquisas e/ou diretrizes nacionais e internacionais quanto ao incentivo de ações voltadas à avaliação institucional e efetiva avaliação da aprendizagem?**

Marília Macorin de Azevedo: Calderón e Borges (2013) fizeram um estudo sobre as produções nos principais periódicos brasileiros que tratam o tema avaliação no seu contexto amplo, desde a educação básica até as universidades, e apontaram uma evolução nos conceitos e procedimentos dos processos de avaliação interessantes. Destacam os autores que a década de 1970 foi identificada como o período caracterizado pela busca de referencial teórico e evidenciam trabalhos que estabelecem que o “enfoque em torno da avaliação centrava-se nas questões relacionadas à avaliação de currículos e programas educacionais, com forte influência da literatura norte-americana” (Calderón e Borges, 2013 p. 174), além de buscar conceituação das várias dimensões da avaliação.

Marília Macorin de Azevedo

A década de 1980, segundo os mesmos autores, estabelece uma ênfase na dimensão política da avaliação educacional, utilizando-se de metodologias qualitativas para a avaliação, bem como à forte presença da dimensão política da avaliação, afastando-se da influência norte-americana de avaliação, até então predominante nos processos avaliativos.

Avançando um pouco mais no tempo, a década de 1990 é caracterizada pelos autores como um período em que a avaliação educacional é incluída na agenda pública estabelecendo a centralidade da avaliação nas políticas de educação do Brasil, tanto para a educação básica quanto para a educação superior, por meio de ações concretas que buscaram responder a fundamentos diferentes, apresentando concepções distintas de avaliação e de regulação. Nesse período foi criado o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1993, e do Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como o “Provão”, em 1997. O Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) foi criado no final da década de 80, mas teve sua primeira aplicação em 1990 como a primeira iniciativa brasileira, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional brasileiro em profundidade.

Na década de 2000 encontra-se várias publicações analisando os processos de avaliação até então realizados no Brasil, destacando uma movimentação no que diz respeito à concepção de avaliação, que sinaliza para a hegemonia, no campo teórico, de uma abordagem emancipatória e participativa como alternativa aos modelos tradicionais e tecnicistas. Outras temáticas estudadas nos anos 2000, que analisam o desempenho escolar de estudantes de estados específicos, destacaram questões como analfabetismo, se aprofundaram nos projetos de educação e nos aspectos metodológicos do desempenho escolar, assim como discutem os instrumentos de avaliação da aprendizagem. Destaca-se que o ENEM foi instituído nessa década, mais precisamente em 2008. Outros autores buscaram evidenciar as visões de avaliação da aprendizagem que os cursos de formação de professores ofereciam, assim como a influência dos cursos de formação na prática do professor no que diz respeito à avaliação, na tentativa de desmistificar o conceito de que o processo de avaliação traria um prejuízo ao corpo docente.

Percebe-se, a partir de estudos realizados, a evolução do conceito de avaliação, atrelado ao conceito de qualidade tão difundido em outras áreas do conhecimento, diretamente relacionado à educação.

Constata-se que o Brasil teve uma política de expansão da educação para todos, buscando ampliar o efetivo de alunos na educação básica, e, nos tempos atuais, até por influência dos organismos internacionais como Banco Mundial e OCDE, para uma política de qualidade da educação, mas por vezes sem considerar as diferenças regionais de um país tão amplo e desigual.

O fato de o Ministério da Educação (MEC), assim como as Secretarias de Educação estaduais, estabelecerem critérios claros sobre os processos de avaliação, e sua importância no sistema de ensino, demonstra a evolução dessa área, contribuindo para o aprimoramento tanto dos processos de ensino-aprendizagem como de gestão das unidades escolares no País.

Dialogia: Que avaliação institucional os profissionais têm realizado, uma vez que a escola é o lócus do processo de aprendizagem? Você poderia destacar boas práticas que representem efetivamente o sucesso de encaminhamentos da avaliação institucional e da aprendizagem no âmbito da Educação Básica?

Marília Macorin de Azevedo: Alguns autores identificam três tipos de avaliação: a) avaliação externa realizada por órgãos externos (órgãos oficiais); b) avaliação externa realizada pela própria

Marília Macorin de Azevedo

instituição; c) avaliação interna realizada pela própria instituição, onde se caracteriza a autoavaliação.

No primeiro grupo encontram-se as avaliações realizadas pelos órgãos oficiais como SAEB, índice IDEB, PISA, ENEM, ENADE, além dos exames realizados pelos Estados, como SARESP no caso de São Paulo. Esses exames são realizados com o fim de medir o desempenho dos alunos e frequentemente estabelecem os rankings educacionais. Deveriam ser utilizados pelos gestores e docentes como um mecanismo para análise das oportunidades de melhorias, pois trazem dados riquíssimos que, por vezes, a escola não conhece toda sua extensão ou não utiliza essas informações em seu proveito próprio.

Por iniciativa de gestores educacionais, as avaliações externas organizadas pela própria instituição são realizadas com o objetivo de identificar as oportunidades de contribuição com a comunidade do entorno, ou mesmo de avaliar se as atividades desenvolvidas pela escola estão aderentes aos anseios dos seus parceiros. Envolver os alunos em projetos sociais é uma prática para formação do cidadão que contribui sobremaneira na sua construção como ser humano. Essas ações são mais frequentes em escolas técnicas, em função das características dos cursos, ampliando a ação pedagógica além dos muros da escola.

No terceiro grupo encontra-se a autoavaliação, realizada a partir de instrumentos adequados para esse fim, buscando identificar os pontos fortes e fragilidades na visão dos vários participantes do processo educacional – funcionários, professores, alunos e gestores educacionais. Neste grupo vê-se as oportunidades de análise dos resultados obtidos pelos alunos nas avaliações externas oficiais com o objetivo de estabelecer programas de revisão do projeto pedagógico e ações que estimulem o desenvolvimento de competências no corpo discente.

Este tipo de avaliação está bem caracterizado nas instituições de Ensino Superior estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que determina a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – responsável por definir e proceder o processo de autoavaliação da IES.

Na Educação Básica observa-se a crescente valorização do PISA (Programme for International Student Assessment), com os objetivos definidos pelo INEP de “produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico.” A avaliação se propõe a verificar até que ponto as escolas estão preparando seus alunos para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. Ainda o INEP declara que “além de observar as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o PISA coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos e para as escolas. Os resultados desse estudo podem ser utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição e refinamento de políticas educativas, procurando tornar mais efetiva a formação dos jovens para a vida futura e para a participação ativa na sociedade.”

Essas informações disponibilizadas pela avaliação são ricas se utilizadas de forma adequada, possibilitando aos gestores, independente da região onde se localiza a escola, um estudo mais aprofundado sobre seus alunos e os fatores que efetivamente contribuem para o sucesso ou insucesso de seus desempenhos na avaliação. Mais uma vez é importante destacar a importância

Marília Macorin de Azevedo

de “dissecar” todas as informações, e não somente a pontuação, o ranking comparativo do País frente a outros que participam do processo avaliativo.

O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criado pelo INEP em 2007 a fim de avaliar a qualidade de ensino no país. Permite a comparação entre municípios e escolas de diferentes dependências administrativas (públicas - municipais, estaduais e federais, assim como particulares). O IDEB sintetiza dois conceitos importantes para a qualidade da educação: aprovação (progressão) e o desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, gerando um índice numa escala de zero a dez.

Não se consegue avaliar sem medir – este é um conceito claro de qualidade, em qualquer área do conhecimento. Portanto, essas avaliações em larga escala possibilitam medir o desempenho do ensino básico, apesar de alguns educadores apresentarem divergências com relação a esses processos avaliativos, permitindo aos órgãos oficiais o estabelecimento de políticas públicas de educação, e às unidades escolares – gestores, coordenadores e professores, práxis a ser instaurada no interior da escola visando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Dialogia: Considerando a diversidade de contextos escolares, quais as principais ações ou encaminhamentos a serem desenvolvidos e que recursos poderiam ser utilizados pelos estados e municípios com vistas à avaliação institucional e da aprendizagem na Educação Básica?

Marília Macorin de Azevedo: Tenho insistido nos dados disponibilizados pelas avaliações em larga escala já citadas que podem se transformar em informações relevantes para as unidades escolares, para as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios. Esses são recursos riquíssimos já à disposição de todos; basta saber utilizá-los, o que nem sempre é fácil.

O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) foi planejado nos finais dos anos 80 e instituído em 1990; a partir de 2005 tem sua aplicação a cada 2 anos com o objetivo de promover uma avaliação externa em larga escala, visando construir 2 tipos de medidas – de aprendizagem dos alunos; dos fatores de contexto correlacionados com o desempenho escolar. A partir desse sistema, se busca averiguar a eficiência dos sistemas no processo de ensino-aprendizagem, assim como a equidade da educação oferecida em todo o País.

A aprendizagem dos alunos é aferida a partir de conhecimentos em língua portuguesa, com foco na leitura (buscando caracterizar o índice de alfabetização), em matemática, com foco na resolução de problemas, e, a partir de 2023, em ciências humanas e ciências da natureza. Permite aos gestores escolares analisarem o índice de acerto (e de erro) de seus alunos possibilitando estabelecer programas de revisão do projeto pedagógico com vistas ao desenvolvimento de seus alunos, o que poderá ser observado na próxima aplicação da avaliação.

Além o desempenho dos alunos, possibilita também aos gestores uma análise dos fatores, internos e externos, correlacionados ao desempenho do aluno. Os estudos sobre a eficácia escolar, iniciados no Brasil a partir de 2000, demonstram que as boas práticas escolares são consideradas fatores de sucesso do desempenho dos alunos. Nesse sentido, o INEP lançou em 2005 o Projeto Boas Práticas na Educação, a fim de “buscar nas redes estaduais e municipais, nas escolas e nas organizações não governamentais que atuam com a temática, exemplos de experiências e práticas inovadoras”. Consta do projeto pesquisas em escolas consideradas com experiências inovadoras e boas práticas escolares que revelaram casos de escolas consideradas eficazes, localizadas em regiões de vulnerabilidade social, que apresentavam elevados resultados em avaliações de larga escala

Marília Macorin de Azevedo

promovidas pelo governo, o que evidencia a relevância de projetos desenvolvidos pelo conjunto das disciplinas, projetos interdisciplinares, que envolvem o aluno em atividades que permitem o desenvolvimento social do ser humano.

Os demais fatores externos permitem identificar se a escola se encontra em áreas socialmente vulneráveis, onde há diversos riscos econômicos, culturais, sociais e mesmo ambientais, que podem interferir na qualidade de vida da população e, conseqüentemente, nas condições de funcionamento das escolas.

Nessas regiões consideradas socialmente vulneráveis, as escolas possuem alunos com condição socioeconômica reduzida, de famílias de baixa renda, com baixo índice escolar. Entretanto, pesquisadores constataram que, para algumas escolas, a baixa condição socioeconômica dos alunos não é o único fator determinante no desempenho escolar. As escolas classificadas como eficazes desenvolvem um conjunto de atividades e projetos, a partir dos quais conseguem minimizar os efeitos do nível socioeconômico dos alunos, com o objetivo de potencializar os resultados das suas práticas e ações, melhorando a aprendizagem dos alunos. São escolas onde se identificaram boas práticas escolares, conceitualmente definidas como “ações de intervenção que contribuem direta ou indiretamente para que os objetivos educacionais sejam alcançados, contribuindo com a melhoria do desempenho escolar” (MARTINS; CALDERÓN, 2016, p. 134).

Dialogia: O que é necessário ser feito para que o tema “avaliação institucional e da aprendizagem na Educação Básica” se torne presente nas práticas voltadas à formação de gestores escolares e professores?

Marília Macorin de Azevedo: É interessante observar que vários estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de analisar escolas consideradas eficazes, com bom desempenho nas avaliações em larga escala e com práticas consideradas inovadoras e que estimulam seus alunos ao aprendizado.

Porém, observa-se que poucos gestores educacionais buscam as publicações desses estudos a fim de se atualizarem ou mesmo identificar novas oportunidades de projetos inovadores.

A participação em Programas de Mestrado e Doutorado – oportunidade de reconstruir valores, novos conhecimentos e visão diferenciada sobre gestão e desenvolvimento da educação, pode representar um momento único para que os participantes do sistema educacional revejam suas práticas e se reestruturem, renovando suas práticas e conceitos e se transformando em agentes de mudança e suas instituições.

Dialogia: Como os gestores e os professores têm olhado para essa questão?

Marília Macorin de Azevedo: Pelos estudos publicados, nacionais e internacionais, os gestores têm visto as avaliações em larga escala como um instrumento que lhes permite um olhar mais apurado sobre o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Precisa-se sempre considerar que há resistências em qualquer ambiente, tanto de gestores como de professores, que por vezes se sentem ameaçados pelos resultados. Porém, as instituições que conseguem superar essas barreiras, estabelecem um novo patamar nos seus sistemas educativos; observam as possíveis falhas, a partir do desempenho dos alunos, analisam as boas práticas das instituições que têm alto desempenho nos sistemas de avaliação, estabelecem programas que efetivamente contribuem com o processo de ensino e aprendizagem, motivam seus professores e alunos buscando a excelência.

Marília Macorin de Azevedo

Importante destacar a influência da UNESCO nesse processo ao lançar, no início do ano 2000, o relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, também identificado como Relatório Delors, onde se estabeleceu os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e aprender a ser. Segundo Calderón (2021), “a grande inovação da UNESCO, nesse sentido, foi o estabelecimento de critérios concretos para a avaliação da qualidade do ensino, a qual deveria estar fundada na efetivação da garantia do direito de aprender, e não apenas no direito a uma vaga na escola.”

Os estudos sobre escola eficaz nos apresentam os fatores que facilitam o entendimento dos pontos fortes e fragilidades do sistema. As escolas consideradas eficazes articulam uma série de atividades, ações e projetos e conseguem, por essas iniciativas, potencializar os resultados das suas práticas e ações, melhorando a aprendizagem dos alunos, independente dos efeitos do nível socioeconômico dos alunos, frequentemente em áreas consideradas de vulnerabilidade social – um dos fatores de baixo rendimento escolar.

À medida que os professores e gestores enfrentam essa realidade com determinação, o processo de aprendizagem se torna mais acessível e prazeroso, transformando a vida de seus alunos, preparando-os melhor como cidadãos.

Dialogia: As famílias colaboraram nesse sentido? Como? Quais os limites enfrentados?

Marília Macorin de Azevedo: A família – formação, condição social, arranjo e predisposição e estímulo para a aprendizagem, é considerado um dos fatores que podem contribuir, ou não, para o processo de aprendizado do aluno. Há estudos que apontam que, em a família tendo estudo (independentemente do nível), ela estimula e valoriza a aprendizagem do indivíduo.

Portanto, observa-se que a família, e em especial a mãe, é uma força motriz para estimular e manter o aluno na escola, estabelecendo um elo de conexão com a escola e, quando possível, de colaboração com ela – seja em atividades sociais, ou participação direta em projetos.

O limitante nesse quesito é a disponibilidade da família – na sua maioria trabalhadores que não dispõem de tempo para se dedicar às ações da escola.

Entende-se que a família é o primeiro ambiente de aprendizagem do indivíduo em construção, como uma verdadeira escola. Desta forma, sua participação na vida escolar se torna um fator de sucesso para o ser humano ainda em processo contínuo de formação.

Obrigada!

Recebido em: 04 dez. 2023 / Aprovado em: 08 dez. 2023

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; VERCELLI, Lgia de Carvalho Abões. Avaliação institucional e da aprendizagem na escola básica. Entrevistada: Marília Macorin de Azevedo. *Dialogia*, São Paulo, n. 46, p. 1-9, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/46.2023.24678>.

American Psychological Association (APA)

Terçariol, A. A. de L., & Vercelli, L, de. C. A. (2023, set./dez.). Avaliação institucional e da aprendizagem na escola básica. Entrevistada: Marília Macorin de Azevedo. *Dialogia*, São Paulo, n. 46, p. 1-9. <https://doi.org/10.5585/46.2023.24678>.